

Taxa de investimento ⁸⁹ baixa já caracteriza recessão

JORNAL DO BRASIL

Sergio Leo

BRASÍLIA — A taxa de investimentos no país em 1988 chegou a nível próximo ao dos anos de recessão, ficando em 16,1% do Produto Interno Bruto. Essa taxa é "insuficiente e preocupante" para garantir a sustentação do crescimento econômico a médio e longo prazos, adverte estudo da economista Virene Matesco, do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), do Ministério do Planejamento.

O estudo preocupou o ministro João Batista de Abreu que o recebeu na semana passada. A economista acredita que o comportamento da economia este ano terá "a mesma característica recessiva de 1988". A taxa de investimentos vem caindo, com uma ligeira interrupção no primeiro trimestre de 1988, desde o terceiro trimestre de 1986, data das primeiras tentativas do governo de controlar a economia através de medidas ortodoxas como a alta de juros.

Balança comercial — A taxa de investimentos, que chegou a 18,6% no terceiro trimestre de 1986, foi caindo progressivamente, até bater nos 15,6%, verificados nos últimos três meses do ano passado. Uma das consequências da queda no ritmo de crescimento da economia deverá ser, segundo o estudo, a manutenção de um saldo alto na balança comercial que, segundo a previsão da técnica do Ipea, pode ficar acima dos prognósticos oficiais, chegando a US\$ 18 bilhões.

Virene Matesco prevê a manutenção das importações em US\$ 12 bilhões (patamar em que elas permaneceram nos últimos cinco meses de 1988) e exportações de US\$ 34,4 bilhões, obtidos com um crescimento de 20% nas vendas ao exterior de manufaturados.

Funcionalismo — A queda do Produto Interno Bruto em aproximadamente 0,3%, estimada pelo Ipea, fez com que subissem brutalmente os gastos com funcionalismo do governo em relação ao PIB, segundo simulação do estudo. De 3% do PIB em 1987, o gasto do governo com o funcionalismo federal chegou a 3,4% do PIB em 1988. As previsões para 1989 porém são otimistas (para as contas públicas) em relação aos gastos com funcionalismo.

Segundo Virene Matesco, o aumento dos gastos com a concessão de reajuste salarial ao funcionalismo em janeiro será plenamente compensado pelo congelamento dos salários públicos e pela diminuição dos salários pagos no ano, causado pelo adiamento dos pagamentos para o dia 10. Isso fará com que os gastos com funcionalismo caiam para 2,9% do PIB. Em 1990, segundo prevê a economista, mesmo sem aumentos nominais, o gasto do funcionalismo volta a aumentar (passa a 3,1% do PIB) porque acaba o efeito do adiamento dos pagamentos de salário e o governo volta a pagar 13 salários no ano para seus funcionários.